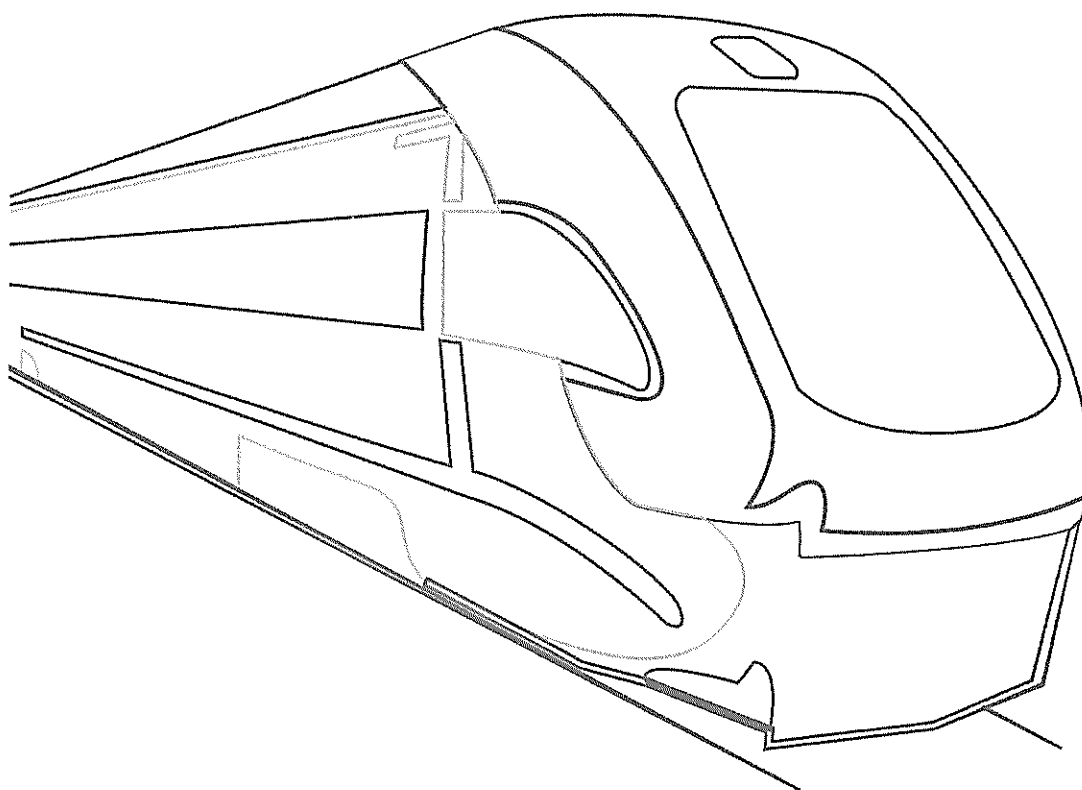


CONTRATO Nº 023-2022/DA

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS**

&

CATHO ON LINE LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



CONTRATO DE ASSINATURA - SOLUÇÃO PESQUISA SALARIAL E BENEFÍCIOS

1. DAS PARTES

1.1. De um lado **CATHO ONLINE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.088/0001-00, com sede na Alameda Juari, 262, 1º, 2º, 4º e 5º andares, Tamboré, na cidade de Barueri/SP, CEP 06460-090, doravante denominada CATHO;

1.2. De outro lado, a **PESSOA JURÍDICA** representada pelo empregado, preposto ou representante legal, OU a **PESSOA FÍSICA** (profissional liberal), que autorizou/realizou online, por telefone ou pessoalmente o cadastramento da empresa no site da CATHO, doravante denominado simplesmente ASSINANTE.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente CONTRATO é a disponibilização da 'Pesquisa Salarial e de Benefícios Online' ("Solução") pela CATHO à ASSINANTE, compreendendo os seguintes itens:

- a. Acesso aos dados da pesquisa salarial via Web, por meio de filtros específicos de segmentação, mediante login e senha cadastrada no momento da contratação;
- b. Inscrição na base permanente de assinantes da Pesquisa Salarial e de Benefícios Online para recebimento de informações sobre novas pesquisas e novidades na área;
- c. Acesso ao atendimento telefônico e por e-mail para suporte na utilização da Solução contratada.

2.2. As Partes estão cientes e concordam que o login e a senha cadastrados no ato do aceite serão os instrumentos que identificarão a ASSINANTE e que permitirão o acesso ao SITE www.catho.com.br/salario.

2.3. No mesmo sentido, as Partes reconhecem o correio eletrônico (e-mail) cadastrado no ato da contratação como forma válida e eficaz de comunicação.

2.4. As cláusulas apresentadas no presente Contrato estarão aceitas a partir do momento em que a ASSINANTE manifestar sua concordância, clicando no botão 'Declaro que li, e concordo e confirmo minha assinatura' ao final do cadastro no Site, ou mediante anuência e aceite por telefone.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Este Contrato vigorará por prazo indeterminado, enquanto a ASSINANTE permanecer com seu login e senha ativos no SITE, de acordo com o Plano escolhido.

3.1.1. Os prazos escolhidos pela ASSINANTE para pagamento não se confundem com a vigência indeterminada deste Contrato. Dessa forma, a assinatura poderá ser paga enquanto durar o Contrato, sendo certo que a forma e prazo específico de pagamento não determinam a vigência deste Contrato, que será sempre indeterminado.

4. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os valores e condições específicas do plano de pagamento, disponibilizado pela CATHO e escolhido pela ASSINANTE no momento do cadastramento eletrônico e/ou do seu aceite por telefone farão parte integrante deste Contrato.

4.2. Em caso de aquisição da Solução pela ASSINANTE em condições diferenciadas, determinadas por campanhas promocionais ou por liberalidade da CATHO, todos os termos deste CONTRATO serão mantidos.

4.3. Nos PLANOS com periodicidade trimestral, semestral e anual, a ASSINANTE deverá manifestar seu desinteresse na sua continuidade do PLANO CONTRATADO EM ATÉ 1 (um) DIA ÚTIL ANTES DO TÉRMINO DO PLANO VIGENTE.

4.4. O pagamento será antecipado e em parcelas sucessivas até a solicitação de cancelamento, e deverá ser efetuado de acordo com a opção da ASSINANTE no ato do cadastramento, nas modalidades: (i) boleto bancário ou (ii) cartão de crédito.

4.5. A ASSINANTE autorizará a CATHO para efetuar a cobrança na forma e plano de pagamento escolhidos no aceite indicado no Site, ficando a CATHO e as eventuais empresas autorizadoras do cartão isentas de qualquer responsabilidade ou obrigatoriedade, com relação à autorização do pagamento realizado por cartão de crédito e/ou débito em conta.

4.5.1. Caso a ASSINANTE opte pelo pagamento via cartão de crédito, no caso de impossibilidade do débito dos valores, a CATHO reserva-se ao direito de emitir contra a ASSINANTE um boleto para cobrança dos valores referentes ao seu PLANO.

4.6. O não pagamento na data do vencimento importará em: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor total do débito devidamente atualizado nos termos do item (ii) abaixo, calculados da data do vencimento até a data do efetivo pagamento; (ii) atualização monetária pela variação do IGP-M no mesmo período; caso tal índice seja extinto, será adotado o índice oficial que o substituir ou, na falta desse, outro índice que contemple a perda de poder aquisitivo da moeda brasileira; e (iii) multa moratória, não compensatória de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor de débito.

4.7. O atraso do pagamento por um período igual ou superior a 04 (quatro) dias corridos implicará na suspensão do acesso até a regularização. Caso o atraso do pagamento venha ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, a CATHO poderá cancelar definitivamente a assinatura.

4.7.1. No caso de suspensão do acesso à Solução, sua liberação somente ocorrerá no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis após o reconhecimento do pagamento do débito.

4.8. A não utilização da Solução não implica no cancelamento automático deste Contrato, estando a ASSINANTE, portanto, sujeito à cobrança regular do PLANO e às eventuais consequências do seu não pagamento, tendo em vista que o acesso à Solução esteve à sua disposição.

4.9. Na hipótese da ASSINANTE não efetuar o pagamento de quaisquer quantias devidas em razão deste Contrato por sua culpa exclusiva, a CATHO, por si ou por intermédio de terceiro, poderá se utilizar de qualquer medida judicial ou extrajudicial para receber o pagamento devido, com o acréscimo de atualização monetária e dos juros legais sobre o valor total do débito, conforme previsto no item 4.6, estando a CATHO autorizada a seu critério, a apontar o nome da ASSINANTE aos órgãos de proteção ao crédito, protestar os títulos que sejam emitidos com base no fornecimento dos Produtos e aujar as ações adequadas à satisfação de seus créditos.

5. DOS DEVERES E DIREITOS DA CONTRATADA

5.1. A CATHO permitirá o acesso aos Produtos 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, contudo a ASSINANTE reconhece que por se tratar de uma ferramenta online, poderá eventualmente ocorrer interrupção ou suspensão no fornecimento destes, motivo pelo qual a CATHO não garante o acesso aos Produtos de forma totalmente ininterrupta, tendo em vista a dependência de serviços de telecomunicações prestados por terceiros suscetíveis de falhas.

5.2. A CATHO se exime de qualquer responsabilidade quanto à indisponibilidade gerada por problemas de conexão do site, da rede ou dos computadores utilizados à rede mundial de computadores (internet).

5.3. A CATHO se reserva ao direito de efetuar eventuais manutenções em seus sistemas e/ou em seus Produtos visando melhoria na qualidade, independente de prévio aviso, bem como diante da existência de situações extraordinárias ou imprevisíveis.

5.4. Caso a ASSINANTE constata modificações ou alterações na Solução, esta poderá entrar em contato por e-mail solicitando informações sobre as mudanças efetuadas.

5.5. A CATHO se exime de qualquer responsabilidade pelo uso indevido dos dados da Pesquisa Salarial e de Benefícios Online, arcando a ASSINANTE com as sanções civis e penais que eventualmente gerar.

5.6. A CATHO se reserva ao direito de verificar a situação cadastral (CNPJ/CPF) da ASSINANTE e, constatada qualquer discrepância entre o número do CNPJ/CPF fornecido e o nome da ASSINANTE ou outra irregularidade no cadastro, suspenderá o acesso deste login e senha até a respectiva regularização.

6. DOS DEVERES E DIREITOS DA ASSINANTE

6.1. A ASSINANTE reconhece e tem ciência que se trata de uma Solução Online, necessitando para tanto de acesso à Internet, o qual é de sua única e exclusiva responsabilidade.

6.2. A ASSINANTE será responsável pela correta utilização do seu login e senha, que são de uso pessoal e intransferível, e permitem acesso à Área do Assinante, responsabilizando-se por qualquer atividade que ocorra no âmbito da utilização da sua assinatura.

6.3. Os dados da ASSINANTE, bem como do funcionário/administrador responsável, são de total responsabilidade desta, arcando com sanções civis e penais que eventualmente gerarem.

6.4. Caso a ASSINANTE seja considerada incapaz, as obrigações oriundas deste CONTRATO serão transferidas para os responsáveis legais.

6.5. Para fins de publicidade, seja ela institucional ou de produtos, a ASSINANTE autoriza a veiculação de forma não onerosa, de seu nome e logomarca. A CATHO poderá utilizar a logomarca da ASSINANTE, inclusive, junto a anúncios online, em seu Site, redes sociais, e-mails de marketing e mecanismos de busca na internet, inclusive em links contidos nos anúncios, estando ciente que essa divulgação poderá gerar o compartilhamento de links por usuários da internet.

7. DO CANCELAMENTO

7.1. A ASSINANTE poderá realizar o cancelamento da assinatura a qualquer momento. Para o cancelamento, a ASSINANTE deverá acessar a Área do Assinante e clicar na opção 'cancelar assinatura'.

7.1.1. Para que a ASSINANTE possa solicitar o cancelamento do presente Contrato, o plano deverá estar totalmente quitado quando da data da solicitação.

7.2. A interrupção de acesso será programada automaticamente pelo sistema, sendo certo que a ASSINANTE continuará tendo acesso irrestrito ao conteúdo até o fim do período do plano de pagamento escolhido no Site. Na hipótese do não pagamento das parcelas correspondentes ao plano contratado, o acesso à Solução será suspenso e somente será restabelecido após a sua regularização.

7.3. São causas de término imediato pelas Partes, independente de qualquer outra formalidade, nas seguintes hipóteses:

a. decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial de qualquer das Partes;

b. em caso de suspeitas de fraude, adulteração, mau uso ou qualquer outro ato semelhante pela ASSINANTE ou por terceiros, a CATHO poderá suspender o acesso até que seja verificada a veracidade, podendo neste caso, a seu exclusivo critério, encerrar o presente instrumento, independente de prévio aviso.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Será aplicada a Teoria da Aparência ao presente contrato sendo que, ASSINANTE e/ou seus sócios ou representantes legais serão solidariamente responsáveis e obrigados a cumprir todas as disposições ora estabelecidas, caso a pessoa responsável pela contratação ou imputação dos dados seja considerada incapaz ou não seja a representante legal de acordo com os atos constitutivos da ASSINANTE.

8.2. A eventual tolerância por qualquer das partes quanto a qualquer violação dos termos e condições deste contrato, será considerada mera liberalidade e não será interpretada como novação, precedente invocável, renúncia a direitos, alteração tácita dos termos contratuais, direito adquirido ou alteração contratual.

8.3. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições deste contrato, não implicará na nulidade ou invalidade das demais, sendo que as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das partes em conformidade com a legislação aplicável.

8.4. As partes estão cientes e concordam que a CATHO poderá excluir a ASSINANTE e seu registro de login e senha, caso se comprove qualquer procedimento indevido por ela praticado, como tentar acessar ou acessar páginas ou dados não especificamente a ela destinados, que não estejam claramente colocados à disposição do público, que sejam de uso reservado ou protegido por senha de outrem, que tenham qualquer tipo de limitação de acesso ou que estejam em diretórios internos do site, sendo certo que qualquer direito não concedido expressamente à ASSINANTE em geral é reservado exclusivamente à CATHO.

8.5. As partes estão cientes e concordam que poderá ser suspenso o acesso da ASSINANTE à Solução, se for constatada divergência entre o número do CNPJ fornecido e a razão social desta, ou, ainda, em caso de qualquer outra inconsistência em seu cadastro, até a respectiva regularização.

9. FORO

9.1. As partes elegem o foro de Barueri/SP, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Catho Online Ltda.

CNPJ nº 03.753.088/0001-00

I.E.: Isento

Endereço: Alameda Juari, nº 262, 1º, 2º, 4º e 5º andares, Tamboré

Barueri/SP

CEP: 06460-090

Website: www.catho.com.br/salario

E-mail: pesquisa@catho.com.br



Pesquisa Salarial e de Benefícios Online



Minha assinatura

Dados da assinatura

Nome: Pedro Antonio de Almeida Cunto

E-mail: pedro.cunto@cbtu.gov.br

Assinatura: [assinatura]

Dados da assinatura

Dados Assinante

Nome: Pedro Cunto

E-mail: pedro.cunto@cbtu.gov.br

Login: pedro.cunto@cbtu.gov.br

Razão Social: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CNPJ: 42.357.483/0001-26

Dados Assinatura

Data de início
da assinatura: 31/01/2022

Plano: Anual

Dados cadastrais

Catho Online Ltda

CNPJ: 03.753.088/0001-00

Endereço: Alameda Juari, 262 – Tamboré – 1º/2º/4º/5º andar- Barueri – SP – Cep: 06.460-090

Dados dos representantes legais:

Christiana Lucena de Mello

CPF: 262.705.578-01

RG: 30.307.024-9 ssp sp

E-mail: christiana.mello@catho.com

Cargo: Diretora In Recrutadora

Giuliano Zorzi Loureiro

CPF: 298.017.328-22

E-mail: giuliano.loureiro@catho.com

Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

<catho>

d4Sign c6254259-8a16-401f-a25e-ffc5970b4da6 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verifica>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2-01, Art. 10º, §2

Proposta Comercial

A/C: CBTU

Att: Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado

E-mail: Pedro.cunto@cbtu.gov.br

Tel: (61) 98191-6844

< catho >

D4Sign 6024258-8a1e-401f-a25e-ff397d0a4d6 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

PROPOSTA COMERCIAL

Nome da Solução	Período do Plano	Valor	Informações Adicionais
Pesquisa Salarial	Anual	R\$ 9.291,00 Por 01 x R\$ 8.802,00	<ul style="list-style-type: none">- Mais de 5 mil cargos;- Pesquisa realizada em todo Brasil;- Acesso online;- Navegação fácil e prática.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

PARECER Nº 049-2022/AF/CEATO/GAJUR/P**Ref. PROT. 499/2022**

Assunto: Inexigibilidade de Licitação – Assinatura eletrônica de acesso ao banco de dados de pesquisa salarial – CATHO ONLINE LTDA - Possibilidade.

Sra. Coordenadora - CEATO,

Trata-se de procedimento administrativo formulado pela **GEDES**, objetivando a contratação de **Assinatura eletrônica de acesso ao banco de dados de pesquisa salarial**, tal como se verifica no do Termo de Referência juntado aos autos, sendo a empresa **CATHO ONLINE LTDA** a que demonstrou se adequar ao solicitado pela área demandante no citado termo.

Foram acostados ao processo, dentre outros, os seguintes documentos:

- APC;
- Proposta de preços;
- Certidões de Habilitação da Proponente;
- Alteração contratual – CATHO, data: 09/11/2018;
- Plano de Ação;
- Mapa de Risco;
- Termo de Referência;
- Diretrizes e orientações SEST – Plano de cargos e salários;
- Nota de empenho nº 2022NE76 e,
- Nota técnica da GALIC.

Em relação à inexigibilidade de licitação, a Lei 13.303/2016 dispõe no artigo 30 e incisos e parágrafos respectivos, os seguintes preceitos:

“ Artigo 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

I – aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização. vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Parágrafo Primeiro. Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Parágrafo Segundo. Na hipótese do caput e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

Parágrafo Terceiro. O processo de contratação será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II – razão da escolha do fornecedor ou do executante;
- III – justificativa do preço.” (Grifou-se)

Nessa toada, é importante registrar, que a redação do artigo 205, incisos I e II, letras a até g, do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC**, cujos termos versam sobre a inexigibilidade de licitação, é quase idêntica ao artigo 30 da **Lei das Estatais**, acima transcrito, ressalvada a parte final do inciso I quanto a vedação de preferência por marca.

No que tange a **justificativa da contratação**, observa-se que a área demandante destacou no Termo de Referência o seguinte: “...visa atender necessidade da área de Recursos Humanos da CBTU em ter acesso a plataforma com dados para aprimorar os processos de reestruturação de

CBTU

seu Plano de Cargos e Salários, bem como para respaldar as negociações de Acordo Coletivo junto aos sindicatos que representam os empregados. Neste ponto, cumpre observar que a CBTU, enquanto empresa estatal federal, **precisa submeter determinados pleitos para análise e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST**; órgão que tem por atribuição, como seu próprio nome diz, atuar na coordenação e governança e contribuir para o aumento da eficiência e aperfeiçoamento da gestão das empresas estatais federais. Dentre os pleitos que precisam da aprovação da SEST, relevante destacar aqueles que dizem respeito à revisão de plano de cargos e salários; à revisão e remuneração de funções de confiança e cargos em comissão; e, aos Acordos Coletivos de Trabalho. Relativamente à forma e aos requisitos para apresentação dos pleitos acima citados, foi editada a Portaria nº 1.122, de 28 de janeiro de 2021 que, nos termos de sua ementa: “Regula o encaminhamento, para análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, de pleitos das empresas estatais federais nas hipóteses que especifica”. No caso concreto, a contratação da consultoria técnica especializada no fornecimento de um banco de dados sobre pesquisa salarial se fundamenta em razão de referida pesquisa ser um dos requisitos obrigatórios exigidos pela SEST para fins de análise dos pleitos supracitados.”(Grifou-se)

Nesse sentido, verifica-se que de acordo com a área demandante, a contratação em questão se configura em uma ferramenta que viabiliza banco de dados para **estudos/consultas técnicas** para **pesquisa salarial** (item 5.1 do TR), nos termos do art. 30, inciso II “c” da Lei das Estatais.

O valor da contratação para doze meses é de R\$8.802,00 (oito mil, oitocentos e dois reais).

A **Gerência Geral – Planejamento e Orçamento – GAPLO**, atestou a existência de disponibilidade orçamentária a amparar as despesas decorrentes da contratação pretendida.

Em relação à **pesquisa de preços** é necessário tecer as seguintes considerações trazidas pela área solicitante no TR nos itens 7.4 e seguintes: “(...) A empresa CATHO apresentou informação em sua proposta de preços, devidamente assinada por seus representantes legais, no sentido de que o preço ofertado a CBTU é o praticado no mercado; inclusive tendo sido concedido desconto de 10% à Companhia.

Nessa toada, apesar de usualmente as empresas apresentarem notas fiscais, notas de empenho e outros documentos para comprovar a similaridade entre o preço cobrado da CBTU e o praticado no mercado, a regra prevista no RILC não exige que a comprovação se dê, exclusivamente, deste modo; sendo certo que a exigência é em relação à comprovação de

similaridade e não do meio para tanto. No caso concreto, cumpre observar que a empresa CATHO apresentou justificativa para o não envio da documentação usualmente exigida para justificar o preço, em correio eletrônico datado de 28/01/2022, da seguinte forma: “Conforme nos falamos, segue abaixo as informações do código de ética que a Catho pratica junto às informações de seus clientes. Todas as informações sobre a Catho ou sobre qualquer um de seus clientes, parceiros, concorrentes ou fornecedores, que não tenham sido disponibilizadas ao público em geral, devem ser consideradas como informações confidenciais, exclusivas e sensíveis à Catho”.

Vale salientar, por oportuno, que a proteção de dados pessoais, inclusive de pessoas jurídicas, foi erigida à categoria de direito e garantia fundamental – art. 5º, inciso LXXIX, da CF/88, incluído pela EC nº 115/2022. Ademais, não podemos olvidar que as contratações da CBTU se regulam pelos preceitos de direito privado – art. 68 da Lei nº 13.303/2016, razão pela qual devemos pautar nossa análise em princípios do direito civil, dentre os quais o da eticidade, da confiança e da boa-fé objetiva. Desta forma, nos manifestamos pela veracidade da informação atestada pela empresa CATHO em sua proposta, no sentido do preço cobrado da CBTU ser similar ao praticado no mercado e, por conseguinte, entendemos devidamente comprovada a justificativa de preços.”(Grifou-se)

Diante do acima exposto, entende-se por atendido o requisito da comprovação do preço de mercado.

Quanto aos demais requisitos previstos no § 4º, letra “c” inciso II do art. 205 do RILC/CBTU vale transcrever o que se segue:

§ 4º Para aplicação da hipótese prevista no inciso II do *caput*, a área demandante deverá comprovar, fundamentadamente, a existência concomitante dos seguintes requisitos:

l
A

CBTU

- I – natureza predominantemente intelectual do serviço;
- II – singularidade do serviço; e
- III – notória especialização do profissional ou da empresa a ser contratada, nos termos do parágrafo seguinte.

Nessa perspectiva, a área demandante se manifesta expressamente da seguinte forma: “*Já em relação aos requisitos específicos previstos no parágrafo 4º do art. 205, atestamos, na qualidade de área demandante da contratação:*

“A natureza predominantemente intelectual do serviço, haja vista tratar-se de banco de dados cujas informações são colhidas, analisadas, tratadas e consolidadas por profissionais especializados, sobretudo por profissionais estatísticos;

A singularidade do serviço, consubstanciada na singularidade da empresa, sobretudo no que tange à sua experiência, expertise e capacidade técnica; sendo relevante destacar que a singularidade não se confunde com a ideia de unicidade (Acórdão nº 7.840/2013, TCU); e

A notória especialização da empresa, cujo destaque e reconhecimento de sua alta capacidade pode ser comprovado através da grande quantidade de empresas clientes apresentadas em sua proposta.”

Do mesmo modo, consta nos autos toda a documentação relativa à **habilitação jurídica e regularidade fiscal** da pretensa contratada, devendo a validade das mesmas ser mantida quando da assinatura do contrato.

Dessa forma, entende esta **CEATO/GAJUR** que a pretensão posta em exame, em juízo de cognição sumária, atende aos requisitos previstos no artigo 199, parágrafo primeiro, incisos V, VI, letras a, b, c, d e e, do RILC/CBTU.

Por fim, a **Gerência Geral de Licitação – GALIC** apresentou sua manifestação, configurando a contratação nos termos do art. 205, inciso II do RILC/CBTU, combinado com o art. 30, inciso II, “c” da Lei 13.303/16. Informa, ainda, que nada tem a opor, requerendo o prosseguimento do feito consoante o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC.

ANTE O EXPOSTO, restrito aos aspectos jurídicos formais, é forçoso concluir que é juridicamente possível à contratação direta pretendida na presente hipótese, com fundamento no artigo 30, inciso II, alínea “c” da **Lei das Estatais**, cuja redação corresponde ao artigo 205, inciso II, alínea “c”, do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC**, fazendo a ressalva que as validades das certidões de habilitação devem ser conferidas antes da assinatura do contrato.

Deverão, também, ser atendidas as seguintes exigências:

I – Encaminhar os autos à **Diretoria de Administração e Finanças - DA**, para fins de aprovação e autorização nos termos do artigo 97, inciso I, letras a e b, combinado com o artigo 201, parágrafo primeiro, do RILC/CBTU;

II – Após a autorização do **Sr. Diretor de Administração e Finanças - DA**, o processo deverá ser encaminhado à **Gerência Geral de Licitação - GALIC**, para fins de conclusão do procedimento e a disponibilização da presente contratação no sítio eletrônico da **CBTU**.

Por último, releva ressaltar que os aspectos técnicos, financeiros e/ou operacionais, bem como a análise do juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente **fogem** a este parecer jurídico, que se limita tão somente ao **aspecto legal** quanto à contratação pretendida.

É o parecer.

Brasília, 31 de janeiro de 2022.

AGUINALDO F. DE B. FILHO
Advogado/CEATO

Brasília, 31/01/2022.

Ratifico o Parecer nº 049-2022/AF/CEATO/GAJUR/P.

Ao **Sr. Gerente Geral Jurídico - GAJUR** para fins de prosseguimento do feito.


MARIA ISABEL DE ANDRADE MENELAU
CEATO

Brasília, 31/01/2022.

Aprovo o Parecer nº 049-2022/AF/CEATO/GAJUR/P.

Encaminhem-se os autos à **Diretoria de Administração e Finanças - DA**, para fins de aprovação e autorização, conforme sugerido.


FREDERICO AUGUSTO DUARTE DE ALENCAR
GAJUR



Sistema Integrado
de Administração Financeira
do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 31/01/2022 11:20

Usuário: ***.291.307-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
275068	CIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS-ADM.CENTRAL	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
42.357.483/0001-26	SAUS QUADRA 1 BLOCO H EDIF TELEMUNDI II - ASA SUL -	70070-010
Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(021) 3733-3274

Ano	Tipo	Número
2022	NE	76

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	173313	0100000000	339039	275068	A1DETD02

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
28/01/2022	Ordinário	-	-	8.802,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
03.753.088/0001-00	CATHO ONLINE LTDA	06460-090
Endereço	UF	Telefone
JUARI 262 ANDAR: 1; ANDAR: TAMBORE	SP	
Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
104	NAO SE APLICA	-	-	-	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
-	-	-	-	-	-

Descrição

EMPENHO PARA ATENDER A CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA CATHO NO VALOR DE \$ 8.802,00 COM 10% DE DESCONTO JÁ NO PLANO ANUAL.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	31/01/2022 11:15:55	Alteração



Sistema Integrado
de Administração Financeira
do Governo Federal



Data e hora da consulta: 31/01/2022 11:20

Usuário: ***.291.307-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC

Total da Lista

8.802,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	EMPENHO PARA ATENDER A CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA CATHO NO VALOR DE \$ 8.802,00 COM 10% DE DESCONTO JÁ NO PLANO ANUAL.	8.802,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
28/01/2022	Inclusão	1,00000	8.802,0000	8.802,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

MARCOS JOSE DE LUNA GALINDO

***.464.624-**

31/01/2022 11:15:55

Responsável pela Nota de Empenho

SILVANIA FURTADO LOURENCO DA SILVA

***.146.897-**

31/01/2022 11:03:04

Versão	Data/Hora	Operação
002	31/01/2022 11:15:55	Alteração